

CIDADE MONOCÊNTRICA OU CIDADE POLICÊNTRICA ?

Discussões sobre o centro urbano de uma cidade com quase quatro séculos.

Introdução

Empreendemos uma aproximação sobre uma cidade com quase quatro séculos. Os processos espaciais que dela pudemos apreender apontam para importantes interações concebidas e vividas a partir do contexto dos ordenamentos econômicos e sociais provenientes das políticas mercantilistas. Johnson (1974, p. 44-48), ao descrever uma cidade colonial, apresenta caracterizações que permitem identificar o estigma de cidade colonial em São Luís no Maranhão. A cidade não teve um crescimento gradual, pois sua urbanização foi fortemente influenciada por interesses externos, desde as potências ultramarinas do século XVI até as atuais demandas do capitalismo monopolista.

Buscamos compreendê-la tomando como ponto de partida a espacialização das atividades de comércio e serviços, dada a evidência dos processos espaciais que as articulam e que compõe a historicidade do seu espaço geográfico desde os primórdios da sua formação. Logo, a cidade será aqui discutida como um espaço geográfico transformado pelo capital, que agrega na contemporaneidade a complexidade das interações dos processos sociais gerados em todas as escalas, concentrando espacialmente pessoas, mercadorias, fluxos, entre outros. Portanto, ela reflete bem o que Lefebvre (1999, p. 111) afirma:

Ela reúne todos os mercados (inventário que já fizemos: o mercado dos produtos da agricultura e da indústria – os mercados locais, regionais, nacionais, mundiais – o mercado dos capitais, o do trabalho, o do próprio solo, o dos signos e símbolos). A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações.

As discussões sobre a espacialização das atividades de comércio e serviços contribuirão para um entendimento sobre os processos espaciais que respondem pelo dinamismo deste setor, e, que juntamente com o funcionalismo público, correspondem ao maior volume de capital e empregabilidade atualmente na cidade (Tabela 1) .

Tabela 1 – Unidades Locais, pessoal ocupado total em 31.12 e salários e outras remunerações, seção da classificação de atividades para São Luís – 2006.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE UNIDADES LOCAIS		PESSOAL OCUPADO		SALÁRIO E OUTRAS REMUNERAÇÕES (1.000 R\$)	
	TOTAL	São Luís/MA	TOTAL	São Luís/MA	TOTAL	São Luís/MA
São Luís	22.699	30,51	236.547	47,83	3.099.396	67,37
- Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	89	11,53	252	2,66	2.114	3,10
- Pesca	20	28,17	29	18,35	53	12,68
- Indústrias extrativas	29	25,22	159	25,00	1.669	32,25
- Indústrias de transformação	1.335	31,98	10.974	31,36	155.379	44,59
- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	13	6,63	779	37,94	36.021	57,84
- Construção	1.096	52,79	16.647	77,88	119.185	73,73
- Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	11.989	29,38	46.684	40,49	239.264	46,72
- Alojamento e alimentação	1.017	51,44	6.887	65,67	29.021	68,84
- Transporte, armazenagem e comunicações	726	37,31	13.470	68,56	197.890	81,12
- Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados.	400	22,42	4.253	63,40	107.777	62,03
- Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2.444	57,42	23.452	75,96	168.290	81,69
- Administração pública, defesa e seguridade social	85	15,80	79.927	43,01	1.676.486	72,56
- Educação	543	30,08	9.024	66,43	141.543	83,33
- Saúde e serviços sociais	825	51,79	9.782	68,40	101.738	81,37
- Outros serviços coletivos sociais e pessoais	2.088	16,98	14.228	48,81	122.967	71,97
- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/CEMPRE

Esta centralidade que, conforme Lefebvre (1999, p. 112) “é a essência da urbanização”, materializa-se nesse espaço de relações cambiantes, cuja complexidade requer uma contínua apreensão do cotidiano da cidade. Não pretendemos uma análise isolada cidade; temos por certo que na apreensão de seus diversos níveis de articulação, de suas localizações e dos seus fluxos é que melhor analisamos suas transformações. A propósito, nesse percurso

inicial consideramos como Villaça (2001, p. 20) a importância do espaço intra-urbano¹, pois ele

é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano.

A espacialidade dessa centralização torna visíveis elementos de uma urbanização dependente, conforme Castells (1983). A organização espacial da cidade conta a história de incursões, expropriações, alterações que não atenderam nem ao seu crescimento e, muito menos, ao desenvolvimento urbano de uma cidade que experimentou importantes movimentos do capital local, regional, nacional e mundial. Sem dúvida, é evidente o papel do Estado como agente modelador de um espaço que serviu desde o primeiro momento, como extensão do tecido urbano dos países colonizadores. Essas ações, ou omissões e/ou cooptações do Estado com o capital permitiram a materialização de formas e estruturas urbanas que expõem a permanência das relações assimétricas.

Por outro lado, em São Luís, a função de cidade-capital contribui ainda mais para legitimar diante da sociedade uma diferenciação que foi concretizada para atender os interesses das classes dominantes. A força de uma área central que foi delineada desde os primeiros sistemas urbanísticos minuciosamente detalhados desde a ocupação francesa, é emblemática. Tal observação complementou o entendimento da importância do papel do Estado na produção desse espaço urbano. Este se constituiu num forte parceiro dos interesses capitalistas no desenvolvimento das funções administrativas e políticas que a cidade desempenhou como capital do estado. No tocante, consta na historiografia de São Luís, a ação dos Estados que se revezaram no poder, que entre outros, asseguraram a acumulação do capital a partir da transferência das riquezas locais, sem, contudo, demonstrar compromissos com a sustentabilidade da cidade.

A participação do Estado na produção da cidade é mais bem elucidada quando Santos (2003, p. 125) nos permite, em sua análise comparativa, estender para a realidade de São Luís sua reflexão de que “nos países subdesenvolvidos o espaço se caracteriza por ser

¹ Uso o termo espaço intra-urbano somente para enfatizar o recorte territorial do estudo interno da cidade, pois anteriormente a cidade ocupava toda a Ilha do Maranhão, daí a influência em sua hinterlândia e regionalmente.

organizado e reorganizado, dentro de uma matriz global, como função de interesses distantes” e que, “nos países desenvolvidos, as disparidades de renda são menos importantes e têm pouca influência na acessibilidade de um grande número de bens e serviços”. Desse modo podem ser apreendidas como as desigualdades sócio-espaciais foram tão insensivelmente implantadas e mantidas na cidade.

Decerto, a concentração do capital produtivo e dos equipamentos urbanos públicos e privados, a forte especialização do uso do solo para as atividades de comércio e serviços, a convergência dos fluxos de pessoas, informações e sistemas de transportes reafirmam o poder do capital para criar, manter ou reservar o solo urbano, como mercadoria.

Santos (2003, p. 125) contribui ainda mais ao afirmar que

Assim, o comportamento do espaço é influenciado pelas enormes disparidades geográficas e individuais. Esta seletividade espacial, que se manifesta tanto no plano econômico como no social, detém a chave da elaboração de uma teoria do espaço. Segundo se considere a produção ou o consumo, a seletividade espacial pode ser interpretada de duas formas. A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde as forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço.

Discutir os processos que se manifestam na organização espacial torna-se relevante para São Luís, tanto pela influência da cidade local e regionalmente, quanto pela permanência de um padrão de atividades que pelo tempo poderia ter produzido e reproduzido uma conjuntura urbana mais favorável para a cidade e sua hinterlândia.

Uma reflexão preliminar sobre essa diferenciação sócio-espacial da e na cidade adveio do seu desempenho econômico, tomado pelo Produto Interno Bruto (Tabela 2 e 3) de São Luís, especificamente, e do Maranhão, de modo geral. Uma forte concentração espacial foi evidenciada quando se notou que os cinco municípios com maior PIB respondem por 53,81% da economia maranhense dentre os 217 municípios do estado. São Luís apontou os indicadores mais contrastáveis entre os demais, inclusive entre os municípios da Área Metropolitana da Grande São Luís, todos situados na Ilha do Maranhão.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto 2005- Comparativo entre Maranhão, São Luís e os cinco maiores municípios do Estado

Localidade	Nº	PIB Milhões	% do	População	PIB per capita	VA Agro	VA Indústria	VA Serviços
------------	----	----------------	---------	-----------	-------------------	------------	-----------------	----------------

		R\$	PIB		R\$	Milhões R\$	Milhões R\$	Milhões R\$
MARANHÃO		25.325,86	100%	6.103.327	4.149,52	4.065,45	3.929,25	14.866,39
São Luís	1º	9.340,94	36,88	978.824	9.543,03	15,85	2.156,51	5.693,23
Imperatriz	2º	1.745,26	6,89	232.256	7.514,40	25,86	221,12	1.283,75
Balsas	3º	1.336,45	5,28	71.763	18.623,09	172,76	138,74	865,67
Açailândia	4º	677,59	2,68	103.609	6.539,85	122,09	243,01	261,41
Caxias	5º	526,18	2,08	143.682	3.662,14	24,65	78,30	331,65

Fonte: IBGE / IMESC, Diretoria de Estudos e Pesquisas, Departamento de Contas Regionais e Finanças Públicas

Tabela 3 – Produto Interno Bruto 2005 – Comparativo entre Maranhão, São Luís e os municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís

Localidade	Nº	PIB Milhões R\$	% do PIB	População	PIB per Capita R\$	VA Agro Milhões R\$	VA Indústria Milhões R\$	VA Serviços Milhões R\$
MARANHÃO		25.325,86	100%	6.103.327	4.149,52	4.065,45	3.929,25	14.866,39
São Luís	1º	9.340,94	36,88	978.824	9.543,03	15,85	2.156,51	5.693,23
São José de Ribamar	10º	276,24	1,09	130.448	2.117,66	16,21	39,34	196,35
Paço do Lumiar	20º	151,09	0,60	97.689	1.546,63	20,17	25,61	99,54
Raposa	67º	55,79	0,22	20.698	2.695,27	22,83	6,45	24,65

Fonte: IBGE / IMESC, Diretoria de Estudos e Pesquisas, Departamento de Contas Regionais e Finanças Públicas

Essa concentração espacial em São Luís e a atual importância das atividades de comércio e serviços expõem uma desigual distribuição. A questão subjacente contempla uma cidade que restringe a produção, o consumo da e na cidade e a reprodução social somente àqueles que podem fazer uso de uma apropriação espacial que pouco valoriza o direito à cidade de todos os cidadãos. “A cidade desempenha, pois fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista” (LOJKINE, 1997, p. 185).

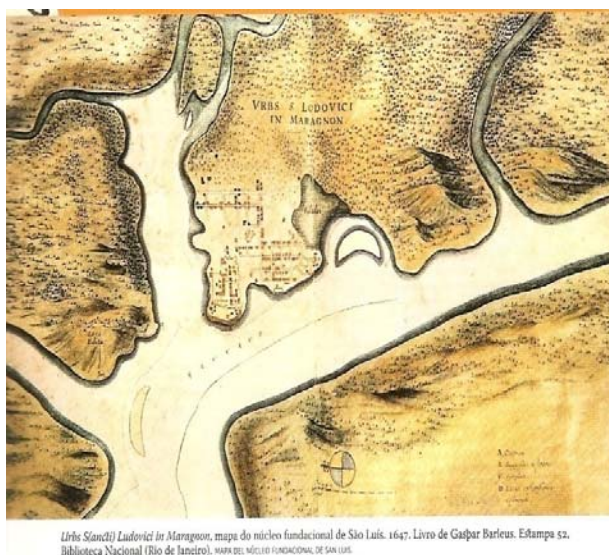
A concepção de centro como articulador dos diversos elementos da estrutura urbana é o enfoque que será privilegiado. Os níveis e dimensões que podem ser constituídos demonstram os movimentos mais dinâmicos da cidade com a sociedade, com diferenciações no volume de capital e nos fluxos de pessoas, mercadorias materiais ou imateriais. Daí a importância do seu papel simbólico, integrador e funcional nas articulações que envolvem a troca, a distribuição, a gestão, a emissão da informação, entre outros, conforme Castells (1983, p.310-324).

Os processos espaciais que nele e dele decorrem ampliam a ação do capital por meio das economias de aglomeração e respondem pela sobrevivência e comprometimento da qualidade de vida da população urbana estritamente a ele vinculada pelo valor de uso, na produção, no consumo e na circulação das atividades e acessibilidade. Enfim, o centro da cidade é construído material e simbolicamente na cotidianidade.

Existe sempre um “centro principal cujo papel se destaca, sua importância e sua unicidade em qualquer aglomeração territorial humana, até mesmo nas atuais regiões metropolitanas norte-americanas, aparentemente as mais dispersas e, ao mesmo tempo, as mais polinucleadas do mundo (no sentido de apresentarem menor diferencial entre seus vários centros e o centro principal). (VILLAÇA, 2001, p.245)

Elementos e conteúdos da formação do centro urbano de São Luís

A cidade tem seu sítio urbano na península que avança sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga (Figura 1 e 2) e, que está localizada a 2° 31' 47'' de latitude, 44° 18' 10'' longitude, em uma altitude de 24,391 m, limitando-se com o Oceano Atlântico, ao Norte; com o Estreito dos Mosquitos, ao Sul; com a Baía de São Marcos, a Oeste e a Leste com a Baía de São José e do Arraial. (IBGE).



Fonte: Prefeitura de São Luís

Figura 1- São Luís. Núcleo fundacional, 1647



Figura 2- São Luís. Localização geográfica, 2008

Essas condições expuseram seu território a ação dos interesses europeus. As articulações envolvendo as trocas e comércios ocorreram, segundo Leite Filho (2001, p.622), desde o século XVI, pois os franceses já comercializavam com os índios Tupinambás madeiras e resinas para tingimento de roupas. É possível pensar, desde então, uma forma embrionária de concentração espacial em conjunto com os processos de ocupação.

Como uma porta de entrada para a exploração da América, este ponto do litoral norte foi visitado pelo espanhol Vicente Yanez Pinson em 1500; pelos portugueses Ayres da Cunha, Fernando Álvares de Andrade e Luís de Melo da Silva, em 1554 e depois em 1573, já como donatário; pelos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, em 1556; e por Jacques Rifault, armador de Dieppe, que desembarcou na ilha em 1594, em expedições de exploração ou colonização.

Segundo Johnson (1974), a cidade moderna apresenta uma área mais conhecida e mais atrativa em seu espaço intra-urbano, designada de centro. A diferenciação dessa área, no conjunto da cidade, ocorre pelo uso solo com um alto nível de especialização, bem como pelo desenvolvimento das funções comerciais, de gestão e as demais que lhe são peculiares. Logo, os aglomerados urbanos têm, no centro da cidade, uma mostra concentrada e significativa dos movimentos quantitativos e qualitativos da sociedade em diferentes escalas.

Nos estudos que priorizaram a estrutura interna da cidade norte-americana², “a estrutura interna do núcleo central pode ser identificada por intermédio dos seguintes aspectos, o valor da terra, a intensidade comercial, a verticalização e o fluxo de pedestres e veículos,” segundo indica Ribeiro Filho (2004, p. 154). São desses estudos que provém a identificação do coração da cidade, conhecido como Central Business Distric – CBD –, melhor traduzido como distrito central de negócios, onde predominam absolutamente a maior oferta de bens, serviços e as atividades burocráticas do setor público. Portanto, devido à especialização, o CBD é um fenômeno do século XX.

Nos textos urbanísticos da Inglaterra, a expressão utilizada é Área Central e serve para designar áreas específicas com fins urbanísticos ou estatísticos, que incluem o CBD e podem agregar ou não as áreas industriais, as áreas residenciais, o centro histórico, local de origem da cidade, entre outros.

² Cf. Murphy e Vance, 1954; Murphy, Vance e Epstein, 1955; Horwood e Boyce, 1959; Vance, 1970.

Decerto, é possível distinguir a área central de São Luís a partir da relação que se estabeleceu entre o que se conformou como centro, outrora a cidade propriamente dita, e as áreas periféricas desde o século XVII até os nossos dias. A distribuição das atividades de comércio e serviços por número de empresas na atualidade (Gráfico 1) expressam novas formas urbanas que manifestam uma desconcentração espacial dessas atividades, porém fica exposta a força de sua área central.

A funcionalidade dessa organização espacial, levada a cabo pelos colonizadores, interessados na apropriação imediata do espaço, orientou favoravelmente os movimentos internos na urbe, consolidando a especialização da área central do seu núcleo urbano.

É dessa forma que essa área central, durante o período colonial, poderia ser percorrida a pé e estava plenamente integrada à principal área de circulação interna e externa, o bairro portuário da Praia Grande. Lopes (2008, p. 13) contribui ainda mais ao relatar que após a saída dos franceses em 1615,

Para garantir e formalizar o domínio português, Jerônimo de Albuquerque, primeiro governador do Maranhão, determinou a organização administrativa de São Luís... Da colônia francesa os portugueses conservaram o agenciamento espacial do núcleo primitivo da cidade, em torno do Forte Saint Louis, e o próprio uso do Forte, além de manterem a localização dos edifícios religiosos, construídos pelos gauleses: a Capela de São Francisco e a residência os padres, onde os jesuítas construíram a Igreja e o Seminário de Santo Antonio. Frias de Mesquita adotou na traça de São Luís as Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificacion de las Indias, de 1573, incluídas nas Ordenações (ou Instruções) Filipinas. ...Este traçado está registrado no que é considerada a mais antiga planta da cidade (1640), já revelando o atual desenho urbano do Centro.

O centro distinguia-se, no conjunto urbano, pela concentração das ruas de comércio, residências da população de renda mais elevada, pelos equipamentos públicos e privados, religiosos, culturais, entre os quais são bons representantes as escolas, os clubes, os cinemas, entre outros.

Além disso, a cidade viveu um dinamismo urbano a partir de empréstimos estrangeiros para financiar sua infra-estrutura. Foram implantados importantes equipamentos urbanos em sua área central, e por meio da Ullen Management Company, operadora americana, São Luís passou a contar com transporte coletivo através dos bondes elétricos,

com a distribuição de água, com a coleta de esgoto, com o fornecimento de energia elétrica e com a prensagem de algodão,... até 1946”, segundo Lopes (2008, p. 27).

Johnson (1974) traz uma contribuição elucidativa ao destacar as características do centro da cidade, entre as quais as principais seriam a acessibilidade, a verticalidade e a ausência de população residencial. Essas expressões territoriais expostas de forma descritiva abriram discussões importantes sobre as contradições do urbano, manifestadas em estruturas que podem ou não favorecer a qualidade de vida, além de permitir a visibilidade dos agentes e das possíveis lógicas de produção do espaço, entre outros.

Discutir a cidade de São Luís na perspectiva de Johnson (1974) permite inferir que seu desenvolvimento em um contexto colonial, favoreceu uma acessibilidade engendrada em sua estrutura urbana para atender às funções de cidade-capital. A partir do ordenamento territorial, induzido pelos franceses, desencadeou-se o uso concentrado do solo para as funções urbanas que foram sendo implantadas. Os quarteirões eram simétricos, os espaços de arreamento constantes orientados de acordo com os pontos cardeais, as residências e o calçamento das ruas previam uma uniformidade que garantissem uma aparência portuguesa, conforme as Cartas Régias ou posturas municipais. Santana (2003, p. 57-58) diz que:

Em termos espaciais, a contar do forte construído à beira-mar,[o Centro] não se estendia para além da área atual do Largo do Carmo. Mais precisamente: entre praças, arruamentos e moradias dispostas, quer em partes elevadas ou em pequenas ladeiras, o sítio urbano então ocupado estendia-se do Forte de São Felipe (hoje Palácio dos Leões), até próximo ao Convento do Carmo (hoje Igreja do Carmo), dispondo de cerca de 10 ruas: três no sentido leste-oeste, da Praia Grande à rua da Palma e sete perpendiculares (sentido norte-sul) do Colégio dos Jesuítas (hoje Igreja da Sé) até o Desterro.

O dinamismo das atividades produtivas, nesse cenário, trouxe significativas mudanças estruturais, sendo emblemática a urbanização da Praia Grande, o centro do núcleo urbano da época, que se manteve como tal até por volta de 1930.

[...] atividades comerciais, portuárias e imobiliárias demonstravam que São Luís se tornara uma cidade importante no império ultramarino português. As atividades agrárias desenvolvidas no Maranhão e portuária-mercantis efetivadas na Praia Grande, o centro urbano no período colonial, integravam a cidade a um arquipélago de praças de comércio mediterrâneos e mundiais (SANTANA, 2003, p. 70).

Dessa forma, os sistemas de transportes e comunicação parecem ter acompanhado os avanços nessa área, daí a integração da cidade na atualidade por importantes terminais

multimodais, sendo um rodo/ferro/marítimo/aéreo e dois hidro-ferroviários. Alguns já foram centrais, mas atualmente encontram-se distanciados do centro. A acessibilidade tem sido garantida pelo Sistema Integrado de Transporte Urbano que, sendo radial, privilegia a área central de São Luís.

Conforme informações oficiais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, toda área urbana e rural do município tem acessibilidade para o centro da cidade: Praça Deodoro e adjacências, por meio de 72% da frota operante, o que equivale a 662 ônibus do Sistema Integrado de Transportes que fazem percursos diretos e têm parada na área central. Os demais ônibus têm acesso ao centro da cidade através dos terminais de integração, que dão cobertura para todos os municípios da Ilha.

A discussão sobre acessibilidade em Johnson (1974) relaciona a forte influência da localização no centro urbano às redes de comunicação e de transportes, com a concentração das atividades de comércio e serviços. As estruturas urbanas em que predominam áreas, eixos comerciais e de serviços importantes, construções verticalizadas para uso comercial são organizadas hierárquica e seletivamente. Em São Luís, o capital tem suas estratégias para assegurar a fluidez de todos os atributos desse solo urbano, validando a sinergia das atividades que, nessa área, advém das chamadas economias de aglomeração.

A notabilidade desses processos espaciais pode ser conferida na dinâmica e na força dos movimentos empreendidos e diferenciados pelo volume do capital nesta área da cidade. Esses disputam e se localizam em pontos nodais ou nas vias mais privilegiadas, ampliando as possibilidades da acumulação capitalista por meio da maior circulação de pessoas, atividades e fluxos crescentes.

Efetivamente, essa inter-relação das formas com as funções evidenciadas, entre outros, pela participação das atividades de comércio e serviços na estruturação urbana, dá visibilidade às contradições dos processos socioespaciais em São Luís. Quanto maior for essa concentração, tanto maior será a diferenciação espacial, vista na acumulação do capital, na desigual possibilidade que as pessoas têm de fazerem uso do espaço urbano, no qual estão implícitas questões fundamentais da vida humana, tais como: o trabalho, o desenvolvimento pessoal, as trocas, a saúde, o lazer etc.

A caracterização da área central de São Luís por construções verticalizadas com funcionalidade comercial e de serviços não corresponde à organização espacial da cidade. Parte do centro urbano atual integra o Centro Histórico de São Luís, sítio urbano onde a cidade se originou e as áreas de expansão urbana até 1850. Estas áreas integram um conjunto tombado e formado por 5.607 imóveis protegidos por legislações federal, estadual e municipal. Neles estão incluídos os 1.369 imóveis que são Patrimônio Mundial, tombados pela UNESCO. Portanto, a verticalização em São Luís, conforme Johnson, não está relacionada à maior valorização da localização central da cidade.

Por outro lado, a verticalização foi estabelecida nas últimas décadas em direção ao norte da Ilha, acompanhando os deslocamentos das populações de maior poder aquisitivo. Esse movimento tem configurando um desdobramento da área central devido à importância socioeconômica que as atividades de comércio e serviços assumiram nessas áreas, inicialmente como eixo comercial e mais recentemente ocupando uma área significativa.

A progressiva diminuição da população residencial na área central e a expansão das atividades comerciais em substituição às áreas residenciais são apresentadas por Johnson (1974) como outra caracterização do centro urbano. Tal constatação coincide com outra característica da área central do centro urbano em São Luís. Esse esvaziamento das moradias dessas áreas provocou uma expansão da área central com a mudança do padrão ocupacional, pois as residências passaram por adaptações para abrigar pequenas lojas nas ruas mais bem servidas por transporte público.

Johnson (1974) faz alusão a outros autores para os quais ou a redução da população residencial provocaria a “morte da área central”, ou o centro seria um “coração morto.” Ele justifica sua discordância ao apontar que o distanciamento da população do centro se dá somente à noite, pois durante o dia há intensa concentração de pessoas, carros etc., o que mantém a centralidade desta área, assegurando a sua maior atratividade no conjunto do espaço urbano. Esse entendimento do autor serve para compreender a dinamicidade da área central em São Luís a partir da inferência feita com os dados fornecidos pelo Sistema de Transportes que serve a toda a Ilha, no qual a maior frequência de passageiros e consequente oferta de viagens ocorrem no horário comercial da área central.

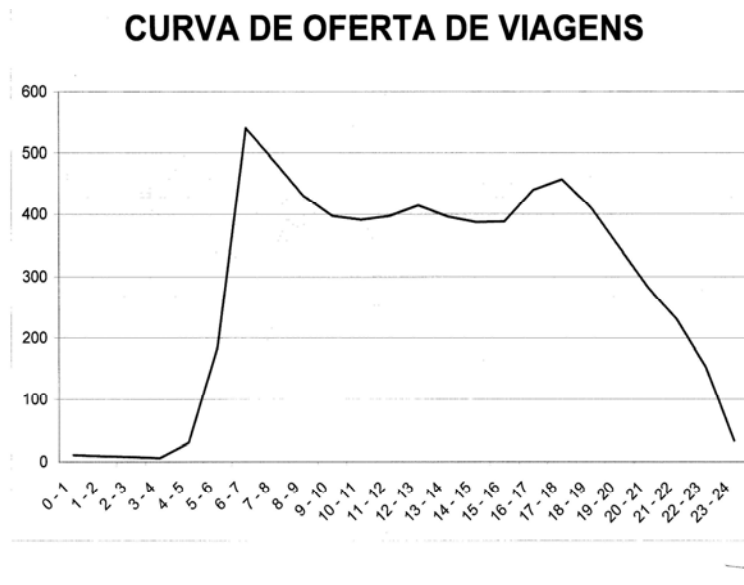
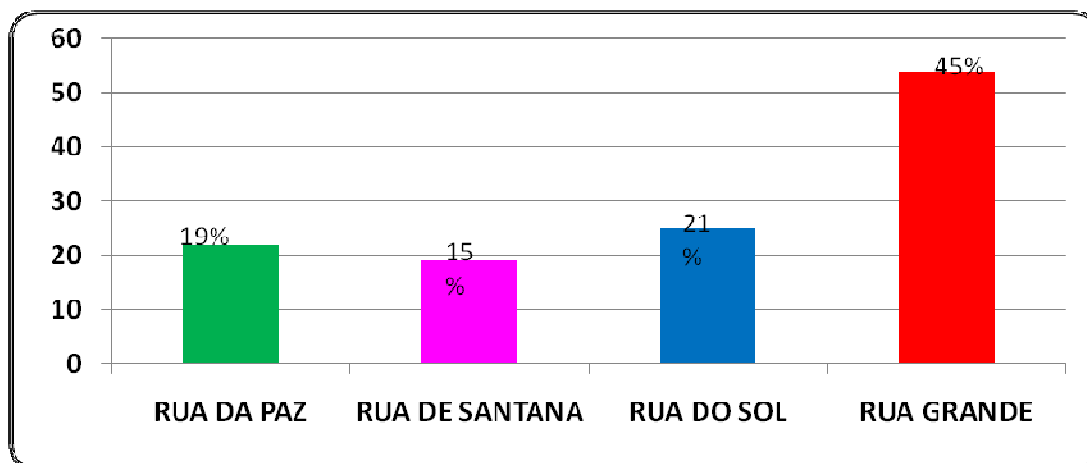


Figura 3– São Luís. Movimento diário de passageiros no terminal rodoviário da Praia Grande, 2008

Johnson (1974, p. 170) discorre sobre a especialização interna do centro da cidade ao afirmar que todas as características apontadas revelam que “o centro de uma cidade não é região urbana homogênea”. Daí que as especializações que surgem se dão num contexto de predomínio de alguma empresa, de um grupo de lojas que se concentram em determinado ponto, de uma grande área central com variedade de funções e uma história peculiar. Portanto, as diferentes atividades econômicas e funcionais nos centros urbanos produzirão sub-regiões³, inclusive em cidades pequenas, a exemplo de áreas de lojas, áreas de eventos culturais e de lazer, áreas de restaurantes e bares, e outros.

Tal observação ajusta-se ao entendimento que pode ser dado à especialização da área central em São Luís. No levantamento empírico, 100% das empresas das atividades típicas do CBD encontram-se concentradas na Rua Grande (Gráfico 2) e nas ruas mais paralelas do seu entorno, como a Rua do Sol, a Rua da Paz, a Rua de Santana e Rua Afonso Pena. Essa especialização foi sendo consolidada ao longo de todo um processo no qual a cidade concentrou e interagiu com importantes materializações dos processos sociais deflagrados pelo capitalismo em suas diversas fases, em alguns casos, concretizando a pujança do capital e, em outros, quando cessou a força geradora do empreendimento, reservando espaço para que o capital o ajustasse conforme as demandas do mercado.

³ Consideramos que o conceito de região não seja o mais apropriado, sobretudo em um texto de Geografia, a designar uma porção da cidade. Nós o utilizamos para manter relação com o excerto da obra de Johnson citada no início deste parágrafo.



Fonte: Associação Comercial do Maranhão, organizada pelo autor. Ano 2008

Gráfico 1 – São Luís. Especialização da área central, segundo as principais ruas, 2008

Para Beaujeu-Garnier (1975, p. 350), “é muito difícil avaliar o papel do centro na vida da cidade”. Há conflitos de classes visíveis nos processos de acumulação, tais como: a competição pelo uso do solo urbano mais caro, os processos de acumulação do capital, os mecanismos das economias de aglomeração, que agregam maior lucratividade aos empreendimentos, e outros. Da mesma forma, são também contraditórios os que se estabeleceram como deseconomias, gerados pelos congestionamentos do trânsito, pelo alto preço dos imóveis, pela falta de estacionamento, pelo deslocamento das populações de maior poder aquisitivo para outras áreas, pela dispersão do comércio para áreas periféricas etc.

Segundo a autora, é possível relacionar a estrutura e as condições de expansão da área central aos papéis que a cidade desempenhou, inclusive desde a sua origem. No caso de São Luís, a função política sempre foi preponderante, logo, as diferentes funções urbanas operadas pela cidade direcionaram os diversos padrões locais que nela se estabeleceram. Em São Luís, é importante destacar no tempo e no espaço, a crise deflagrada com a decadência da economia algodoeira. O declínio desse setor provocou grande impacto socioeconômico no contexto urbano estando relacionado com redefinições de outras centralidades. Santana contribui ao afirmar que (2003, p. 139-147):

A Praia Grande com a perda da importância portuária-comercial, assistiu seu vigor comercial declinar e com ele seu valor imobiliário. Antigos proprietários de imóveis da Praia Grande, impotentes diante das forças de desvalorização imobiliária em curso, passaram a vender, alugar ou abandonar seus sobrados e casarios.

Assim, a Rua Grande, integrou-se ao principal eixo viário para as áreas rurais e de ligação com o estado maranhense, conhecido como Caminho Grande, após uma reforma urbanística em 1940, passando a atrair os equipamentos de comércio e serviços. Esses passaram a ocupar precariamente os prédios requalificados de antigas residências e, de maneira geral, apresentam uma complexidade locacional e funcional⁴, excetuando-se as grandes lojas das cadeias nacionais. Portanto, o atual núcleo interno da Área Central, comunica as fragilidades de um sistema urbano que atende a demanda da cidade e da área metropolitana de São Luís.

Para George (1983), as cidades tendem a não apresentar grandes diferenciações por seguirem orientações gerais ou até normas internacionais, principalmente no caso das cidades européias. Entretanto, os centros dessas cidades apresentam diferenças, “sobretudo por seu núcleo histórico, expressão contínua de formas particulares da vida urbana do passado, que cada uma delas se liga a uma família histórica regional”(GEORGE, 1983, p. 69).

Assim que, é possível ver no centro urbano da cidade formas espaciais que reproduzem elementos históricos de sua formação. Os portugueses assumiram uma organização espacial que pretendeu reproduzir em São Luís elementos da capital portuguesa, exemplificado nas instruções para a criação da Praça do Comércio na Praia Grande, que seria no estilo da famosa Praça do Comércio pombalina de Lisboa, de 1756. Segundo Espírito Santo (2006, p. 62):

As praças (as plazas mayores e plazas de armas espanholas), as ruas ortogonais orientadas de acordo com os pontos cardeais e as fachadas dos edifícios (que deveriam ser concebidas com o máximo de regularidade, simetria e belas visuais) marcaram o modelo implantado pelos espanhóis em suas cidades coloniais⁵ e refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos. [...]São Luís apresenta em seu Centro, no sítio original de sua fundação, o modelo da Plaza maior, contendo os principais edifícios administrativos: o Palácio dos Leões, a Arquidiocese e a Catedral da Sé, o Palácio La Ravardiére e já no século XX recebeu o Palácio da Justiça.

Entretanto, no período de 1641 a 1644, São Luís foi alvo de outro processo de apropriação do seu território pelos holandeses. Segundo Leite Filho (2001, p. 625), “verificou-se a consolidação da malha viária com a cristalização de nítidas referências

⁴ Clark (1985, p. 167) contribui ao afirmar que “a complexidade locacional e funcional do sistema urbano contemporâneo reflete as várias histórias de suas cidades constituintes. Ele é um produto dos princípios locacionais que operam com intensidades variadas em relação às diferentes funções urbanas, em diferentes momentos no passado”.

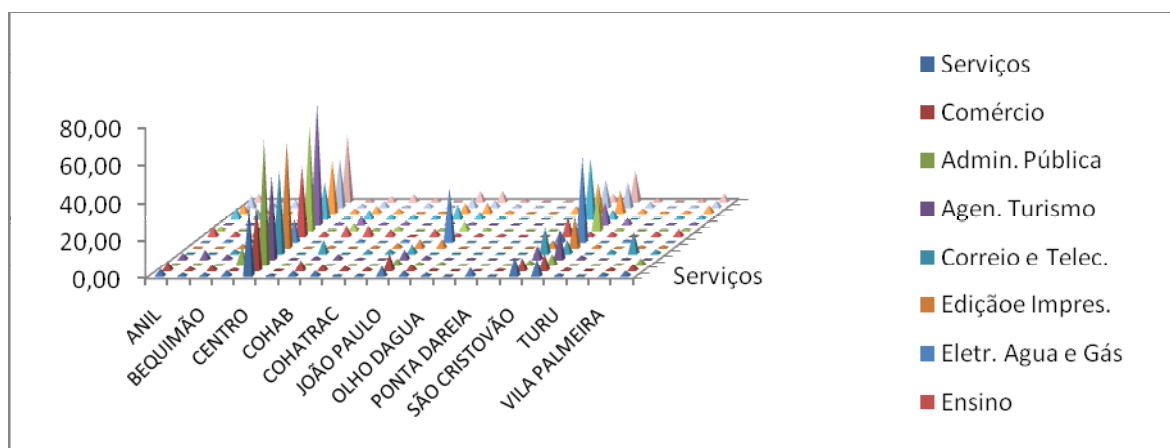
⁵ Estas normas urbanísticas foram extensivas as cidades brasileiras devido a União Ibérica, no período de 1580 a 1640, quando a Coroa Portuguesa esteve sob o domínio espanhol.

urbanas, a conclusão da muralha do forte – a verdadeira cidadela, o Largo dos Carmelitas, local realizavam-se as transações comerciais e de lá partiam os eixos viários”.

Na organização espacial da cidade, existe uma localização privilegiada de equipamentos urbanos de comércio e serviços que diferenciam esta área das demais, e, essa caracteriza-se como “um nóculo principal na rede das vias urbanas (quanto a este ponto, pode haver vários centros dentro de uma cidade) e por apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comerciais,” (Santos, 1989, p. 193). Portanto, torna-se explícita a permanência da área central de São Luís em todos esses séculos e a importância de suas articulações desde as escalas locais até as relacionadas com a mundialização da economia.

O centro único e os centros secundários, conforme Milton Santos estão presentes na realidade próxima da cidade. O centro urbano em São Luís é simbólico e morfologicamente distinguido no conjunto urbano. No centro principal estão a maior concentração espacial das atividades de comércio e serviços, os principais eixos nodais, e a mais intensa circulação de pessoas e carros.

Por sua vez, a expansão do tecido urbano em conjunto com o crescimento populacional da cidade trouxe para a dinâmica urbana atual a formação de subcentros, a emergência de centros secundários, incompletos na distribuição dos equipamentos urbanos, porém necessários para tentar reverter à desigualdade social. (Gráfico 6)



Fonte: Delegacia Previdenciária em São Luís - MA, organizada pela autora. Ano 2007

Gráfico 2– São Luís. Centro principal e centros secundários, 2008

Em São Luís, destaca-se um centro urbano muito dinâmico devido à maior concentração das atividades de econômicas e dos fluxos de pessoas e mercadorias. Porém, as contradições que surgem nesse processo envolvem as questões cotidianas da sobrevivência, das ofertas de bens e serviços inacessíveis para os que não podem pagar por seu deslocamento, entre outros fatores. Esse processo espacial assume uma escala mais ampliada devido à influência desta área em toda a região metropolitana.



Figura 4– São Luís. Fluxo de pedestres na Rua Grande, na Área Central do centro urbano , 2008

Considerações finais

Julgamos que os movimentos do capital e a reprodução social foram materializados no tecido urbano a partir da concentração dos processos espaciais que dinamizam atividades econômicas. Desse modo, ao longo desses quase quatro séculos, a cidade descortina, a partir da cristalização de processos espaciais importantes formas, estruturas e funções por ela assumidas nesse amplo processo de urbanização. Dentre as quais é possível relacionar que:

- a. Nas últimas décadas, a cidade de São Luís-MA manifesta uma organização espacial profundamente marcada por um processo de desconcentração das atividades de comércio e serviços. A expansão do tecido urbano a partir da construção de obras viárias como pontes e barragens, estimularam a ocupação da área litorânea e demais áreas adjacentes, pressionando uma oferta das atividades de comércio e serviços para uma população de 957.515 hab (IBGE 2007) e demais municípios da Área Metropolitana da Grande São Luís, que inclui os Municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar;

- b. Essa expansão porém fortaleceu esse núcleo urbano, reafirmando a monocentricidade desta cidade secular. Porém, nas últimas décadas, observa-se uma diminuição de tamanho nessa área de centralização e um consequente aumento de centros com menor importância, caracterizando uma recentralização.
- c. Decerto é um estudo inicial que pretende discutir a cidade, considerando-a em sua complexidade, porém vendo-a como local de encontro/desencontro, convergência/divergência, produção/reprodução, trocas, entre outros. Além disso, em São Luís, o aprofundamento das relações assimétricas pactua uma cidade para alguns. É necessário, portanto, interpretar a concentração seletiva das atividades produtivas que privilegia localizações secularmente estabelecidas.

Referências bibliográficas:

BEAUJEN-GUARNIER, Jaqueline. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: 2000.

_____. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: 2000.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. *Plano municipal de gestão: a revitalização do centro histórico de São Luís*. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, SP: Manole, 2006.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Sócio-Econômicos. *Uma leitura da cidade*. São Luís: Instituto de Planejamento, 2006.

JOHNSON, James H. *Geografia Urbana*. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. *Os sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão*. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português -1945 – 1822. Lisboa: 2001.

LOPES, José Antonio Viana. *São Luís: história urbana*. In: *São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem = SAN Luis Isla de Marañon y Alcântara: guia de arquitectura y paisaje* – Ed. Bilingüe – Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.p. 11-49.

- MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Luís: DASP, Serviço de Documentação, 1960.
- MURPHY, Raymond E.; VANCE, James E. Jr . *Delimiting the CBD*. Readings in Urban Geography. In: KOHN, C; MAYER, R. (Ed.). Chicago: The University of Chicago Press, 1954. P. 418-446.
- MURPHY, Raymond E.; VANCE, James E. Jr. Internal structure of the CBD. *Economic Geography*, v. 31, n. 1, 1955.
- RIBEIRO FILHO, Vitor. A área central e sua dinâmica: uma discussão. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 155-167, dez., 2004.
- RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís*. São Luís: Edições FUNC, 1999. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000. (Uspiana-Brasil 500 anos).
- SÃO LUÍS. *Rua grande: um passeio no tempo*. São Paulo: Pancrom, 1992.
- SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. *Metamorfoses citadinas: constituições do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís/MA/Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SPOSITO, Maria E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. *A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais*. In: Damiani, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p.83-99.
- _____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, n. 10, p. 1-18, 1999
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institut, 1998.
- VIVEIROS, Jeronimo de. *História do comércio do Maranhão*. São Luís: Associação Comercial, 1954.

